Sacerdócio geral de todas as pessoas crentes: uma introdução a perspectiva de Martinho Lutero

Priesthood of all believers: an introduction
to Martin Luther's perspective

*Wilhelm Wachholz**

*Wilhelm Sell***

Recebido: 27/03/2018. Aprovado: 15/04/2018.

Resumo: *Martinho Lutero a partir da sua ênfase na justiça passiva tocou em diversos temas caros à igreja de seu tempo. Um desses temas é o sacerdócio. Seu posicionamento ficou conhecido como a defesa do Sacerdócio Geral de todos os crentes. Foi um parecer um tanto quanto conflituoso em seu tempo haja vista a comum separação entre o clero e o laicato (povo). Essa separação, bem como a compreensão do sacerdócio, é oriunda de uma progressiva compreensão acerca das funções eclesiais e sua relação com a comunidade cristã. No entanto, Lutero, enquanto biblista, questiona esta posição progressiva resgatando aspectos que julga terem sido esquecidos pela sua igreja e que vieram somar à esta em prejuízo. Defende que todas as pessoas cristãs são sacerdotes por estarem inseridas por meio do batismo no ministério de Jesus Cristo. Isso se desdobra no fato de que cada pessoa cristã é responsável e chamada a servir neste e por este sacerdócio na igreja e, concomitante, por sua vocação, no mundo.*

Palavras-chave: *Sacerdócio. Martinho Lutero. Vocação.*

* Doutor em Teologia (Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia (IEPG-EST), 2000, São Leopoldo). Professor nas Faculdades EST, São Leopoldo, lecionando disciplinas de Teologia e História na Graduação e Pós-Graduação. Atualmente, é reitor dessa instituição.

E-mail: wachholz@est.edu.br

** Mestre (2009) e Doutorando em Teologia Fundamental-Sistemática pelas Faculdades EST, São Leopoldo, sob orientação do Dr. Rudolf von Sinner. Pesquisador CNPq sobre temas relacionados à Antropologia Filosófico-Teológica, especialmente a partir de Dietrich Bonhoeffer. É ministro ordenado ao exercício Pastoral na IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).

E-mail: wilhelmsell@gmail.com

Abstract: *From his emphasis on passive righteousness, Martin Luther has approached several valued themes to the church of his time. One of these themes is the priesthood. His positioning became known as the defense of the Priesthood of all Believers. It was a conflicting view for his time due to the common separation between the clergy and the laity (people). This separation, as well as the understanding of the priesthood, stems from a progressive understanding of ecclesial functions and its relationship with the Christian community. However, Luther, as a professor of Bible, questions this progressive position by rescuing aspects that he believes were forgotten by his church and ended up bringing loss to it. He argues that every Christian is a minister due to the fact that this person is inserted through baptism into the ministry of Jesus Christ. This emphasizes the fact that every Christian is responsible and called to serve in the ministry and, ultimately, for his vocation in the world.*

Keywords: *Priesthood. Martin Luther. Vocation.*

1 Introdução

Na história do protestantismo luterano uma nova compreensão sobre a doutrina do ministério é resultado imediato do entendimento de Martinho Lutero acerca da relação do ser humano com Deus, e, portanto, de sua posição sobre a justificação. A temática foi importante para o reformador e foi tratada ao longo de seus escritos. Já em 1519, aproximadamente dois anos após a publicação das 95 teses, numa carta a Espalatino, fazendo referência a 1Pe 2.5-9 e Ap 5.10, Lutero afirma que todas as pessoas cristãs são sacerdotes e o sacerdócio oficial não é tão diferente da vocação de todas as pessoas cristãs, a não ser pela sua função específica de administrar os Sacramentos e a Palavra. Ao mesmo tempo, desde o início do processo da “reforma”, ele expressa estranhamento pelo fato de que, durante a história da igreja, a ordenação tenha obtido o reconhecimento de sacramento, o que, em sua compreensão, gera uma falsa e indevida separação dos cristãos em classes, ou seja, entre clero e laicato.¹ A origem de sua crítica se encontra em sua percepção antropológica estreitamente ligada à sua compreensão acerca da justificação.

Lutero não era um teólogo sistemático, mas um biblista, exegeta das Sagradas Escrituras. Por esta razão, não há em seus escritos uma abordagem sistemática, em forma de doutrina fechada, especificamente acerca do sacerdócio, do ministério. Antes, o tema aparece com maior e menor ênfase em seus escritos que estão sempre inseridos num contexto,

¹ BUSS, Paulo W. Ministério pastoral e o sacerdócio universal dos cristãos. In: BUSS, Paulo W. *Lutero e o Ministério Pastoral*. Porto Alegre: Concórdia, 2015. p. 7.

com os quais ele tinha o objetivo claro de responder biblicamente sobre questões que decorriam especialmente após a publicação de suas 95. Dito isso, é necessário deixar claro que o intuito deste breve artigo é ser apenas uma introdução ao tema. Como poderá ser confirmado adiante, a temática que se propôs tratar aparece em vários escritos de Lutero, principalmente com o objetivo de dar embasamento teológico para seus posicionamentos acerca de temas que se colocavam durante sua atuação enquanto pastor e professor, ou seja, enquanto teólogo público. Pela necessidade de delimitação de espaço, propôs-se neste artigo três objetivos: o *primeiro* de realizar um breve e sucinto levantamento histórico acerca da compreensão de *sacerdócio* na igreja cristã, anterior à Reforma protestante. O *segundo* de introduzir a temática principalmente a partir de dois escritos de Lutero, o primeiro (de 1523) a partir de fontes secundárias e o segundo (de 1520) a partir de fonte primária. E, por fim, o *terceiro*, desdobrar brevemente sua compreensão de sacerdócio e vocação dentro dos âmbitos do estamentos.

2 Contexto anterior a Lutero

Na Idade Média, o ministério ordenado havia sido estruturado de forma tríplice: bispos, sacerdotes e diáconos. Essa estrutura ministerial se tornara dominante na igreja já durante o segundo e terceiro século. Na Idade Média, então, esses três ministérios se confirmaram como as “ordens principais”. Já no décimo primeiro século, os ministérios seriam divididos em duas partes: a primeira se tornava uma hierarquia de ordem, que compreendia os bispos, sacerdotes e diáconos, e a segunda se tornava a hierarquia de jurisdição, que compreendia o Papa e os bispos.²

A necessidade de uma estrutura hierárquica, aliado ao conceito de sucessão apostólica, que estava intimamente ligada à necessidade da igreja do segundo século, afim de defesa contra as heresias, se dava com o objetivo de salvaguardar a unidade e promover a continuidade e apostolicidade da igreja. Daí o requisito de que somente os bispos tinham a autoridade para consagrar bispos e ordenar sacerdotes. Desde os primeiros séculos criou-se o costume, tornando-se regra no decorrer da história, dos bispos serem concebidos como constitutivos da igreja e superiores ao restante do clero. Mesmo que essa distinção não seja

² GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. *As confissões luteranas: uma introdução*. São Leopoldo: Sinodal, 2002. p. 118.

presente na importante teologia de Tomás de Aquino, ela se ampliou na prática, sobretudo pela combinação do poder espiritual com o poder secular – em alguns casos os bispos também eram príncipes territoriais.³

O desenvolvimento da concepção de sacerdício teve duas importantes consequências aceitas na vida e no labor teológico. A *primeira*, é o desenvolvimento de uma prática sacerdotal na qual a proclamação, ensino e o acompanhamento pastoral se tornavam secundárias. Havia várias razões para isso. A partir do sexto século houve um forte estreitamento da ligação do papel sacerdotal com a prática litúrgica, principalmente relacionada à Eucaristia. Este Sacramento, como representação real do sacrifício de Cristo na cruz, resultou em poder crescente do sacerdote; a ele cabia o poder de oferecer o sacrifício eucarístico. No Concílio de Latrão, em 1215, a doutrina da transubstanciação dos elementos foi transformada em dogma e, na ocasião, decidiu-se perseguir os hereges que negassem esta doutrina. Dessa forma, a concepção hierárquica de igreja⁴ se firmou, pois a transubstanciação só poderia ocorrer por meio

³ BUSS, 2015, p. 8-9.

⁴ Fluck chama atenção em sua obra sobre a teologia dos pais da igreja acerca da mudança na percepção da história da igreja acerca dos cargos de presbíteros e bispos. Segundo ele, é nítido que o apóstolo Paulo não entende os cargos de presbíteros e bispos estabelecidos em alguma espécie de hierarquia, muito menos pertencentes a uma classe diferente da dos demais membros. Estes ainda são pessoas de comunidades que, ao lado dos demais, atuam enquanto igreja com seus dons (1Co 12.4-31, 1Co 14.26-31; Fp 1.1, Ef 4.11-16). Ainda na Didaquê é possível perceber que os bispos e diáconos estão ao lado de profetas e mestres, usando o plural para designar estes cargos. Com Policarpo já há uma mudança significativa com uma divisão entre bispo, presbíteros e os diáconos. Com Inácio de Antioquia os três ministérios, o bispo, os presbíteros e diáconos são claramente distinguidos. O bispo, no singular, passa a ser a autoridade suprema da igreja local; é ele que articula a unidade da igreja. Isso faz com que logo a igreja adquira um sentimento “confessional”, onde os outros grupos de cristãos não são mais compreendidos dentro da mesma igreja. Já a argumentação teológica para embasar a hierarquização da igreja é de Clemente romano. É ele que articula o primeiro esboço da doutrina da sucessão apostólica. Esta foi usada por Inácio para desenvolver uma teologia do episcopado. É a partir de 150 d.C que a ideia do episcopado “monárquico” se impôs amplamente. Por fim, mais ou menos no ano 200 d.C., Hipólito de Roma descreveu a constituição da comunidade em uma clara hierarquia. O bispo eleito pela igreja deveria ser ordenado pelos bispos das igrejas vizinhas. “Nessa ordenação, um dos bispos presidiria a cerimônia, orando pelo novo bispo para que o ‘espírito de chefia’ que Deus deu a Cristo, e que esse concedeu aos apóstolos, fosse derramado sobre ele, como também para que desempenhasse irrepreensivelmente o ‘primado do sacerdício’”. Era função então do bispo a direção da igreja, a celebração da eucaristia, pregação, confissão dos pecados e a distribuição de cargos do clero, ordenação de presbíteros e diáconos e outros. FLUCK, Marlon Ronald. *Teologia dos Pais da Igreja*. Curitiba: Cia dos Escritores, 2012. p. 72-78. Cf. também CAIRNS, Earle E. *O cristianismo atrás dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2008. p. 98-100.

das mãos de um sacerdote ordenado.⁵ Já o Concílio de Florença, em 1439, confirmou essa autoridade quando definiu a “forma” do sacramento da ordem como o poder de oferecer o sacrifício na igreja pelos vivos e os mortos”.⁶ Os ordenados passaram a serem concebidos como mediadores entre Deus e as pessoas, entre o perdão e a salvação. Isso contribuiu para o aumento da distância entre o clero e o laicato, conferindo ao clero significativa superioridade por estarem mais próximos, enquanto administradores, das “coisas” de Deus. Assim, as definições presentes na coleção de regulamentos eclesiásticos conhecidas como *Decretum Gratiani* (provavelmente de 1140) são reforçadas. Ali se estabeleceu o clero e o laicato como duas classes ou ordens, fazendo com que a influência dos leigos na vida da igreja diminuísse consideravelmente.⁷

A *segunda* consequência, foi o desenvolvimento da ideia da ordenação enquanto sacramento. Santo Agostinho esboçou uma das primeiras posições teológicas a este respeito, separando o batismo da ordenação sacerdotal, como duas distintas formas de consagração e, portanto, de eficácia de seu agente. A partir de sua luta contra o donatismo⁸, preparou-se e fixou-se o conceito de caráter sacramental da ordenação, mais tarde chamado de “caráter indelével” (*character indelebilis*). O Sacramento tem efeito por si mesmo.⁹ Já sua eficácia para a vida da pessoa somente pode ser encontrada onde a unidade de igreja for preservada, pelo amor. Isso se desdobra para que então, já por volta do século 12, a ordenação estivesse informalmente incluída entre os sete sacramentos (Segundo

⁵ DREHER, Martin N. *História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2017. p. 185.

⁶ GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 118-119.

⁷ GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 119

⁸ “Os donatistas perpetuaram a antiga tradição pneumática: os únicos ocupantes legítimos de cargos são os que possuem os dons do Espírito. Assim como Cipriano, associam o cargo ao Espírito, e concluem que o cargo de bispo possui os dons do Espírito. Reconhecem como bispos verdadeiros apenas aqueles que demonstram, por suas vidas inatacáveis e seus dons, que são os portadores do Espírito. Esta posição, em si, não resulta necessariamente em cisma. Mas, posteriormente também se concluiu que a atividade pastoral de um bispo indigno não é válida. Como resultado os que foram ordenados por tal homem, não podiam ser verdadeiros bispos. Os que foram batizados por ocupante indigno de cargo eclesiástico – um herege, por exemplo, – não foram realmente batizados, uma vez que tais pastores não possuem os dons do Espírito. O donatismo, portanto, representa uma posição que se convencionou chamar *teologia regeneritorum*: a influência espiritual dos sacramentos julgava-se depender da santidade do clero oficiante”. HÄGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. Porto Alegre: Concórdia, 1999. p. 105. Sobre donatismo e Agostinho veja também: DREHER, 2017, p. 71-72, 85-87.

⁹ MCGRATH, Alister. *Teologia histórica*. São Paulo: CEP, 2007. p. 90-92.

Concílio de Lião, em 1274). Tomás de Aquino afirmou que o caráter da ordenação consiste de certa participação no sacerdócio de Cristo presente em seu povo fiel e é meio de comunicação da graça. Assim, toda a ação sacramental foi considerada por si mesma eficiente, independente da fê, infusas, nas palavras da promessa. Nesse sentido, a ordenação foi considerada sacramento que visava proporcionar graça santificante por intermédio de um sinal visível. No caso do sacerdote, a ação em si, principalmente com relação à instituição eucarística, não conferia graça como os demais Sacramentos. Mas, o sacerdote pelo seu ofício é mediador entre Deus e o povo; é dele que depende a eficácia do sacramento, enquanto aquele que leva os bens divinos para o povo.¹⁰

Enquanto isso, também os papas, enquanto vigários de Cristo, foram sendo reconhecidos como principais mediadores e de responsabilidade última dos meios da graça. A estes se reforçava cada vez mais a compreensão de que seu ofício era de direito divino, ou seja, fundamentado na vontade e na instituição de Deus reveladas nas Escrituras.¹¹ Essa situação, aliada às deturpações religiosas, contribuiu para o surgimento de movimentos reformatórios. No Concílio de Constança (1414-1418), as críticas de alguns representantes destes movimentos foram repudiadas, a exemplo de Jan Hus¹² e João Wyclif. Já no Concílio de Florença, de 1439, tanto o caráter de sacramento à ordenação, como também a tradição dos sete sacramentos, que haviam sido estabelecidos anteriormente pela Escolástica, foram formalmente aceitos, através da bula *Exultante Deo*, do papa Eugênio IV.¹³

¹⁰ GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 119. HÄGGLUND, 1999, p. 165-166.

¹¹ KÖRNTGEN, Ludger. Igreja, papado e poder temporal. In: *História Ecumênica da Igreja 2: da alta Idade Média até o início da Idade Moderna*. São Paulo: Loyola, Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014. p. 22-25.

¹² “Hus era pregador em Praga e voltou-se contra a mundanidade da igreja contra a crescente imoralidade dos sacerdotes e especialmente contra o culto às relíquias, que entrementes assumira proporções incríveis. Havia hóstias sanguinolentas miraculosas, vendiam-se bolinhas da terra da qual Adão fora feito. Era possível comprar cera dos ouvidos e leite da Virgem Maria, estrume do burro do estábulo de Belém, fios de cabelo e da barba do Salvador. Mostrava-se inclusive o prepúcio circuncidado de Jesus. Ao todo existiam nada mais nada menos do que 13 exemplares do prepúcio de Jesus em toda a Europa. Hus atacou todos esses excessos, provocando a ira do comércio internacional de relíquias. A partir do instante em que começou a defender a doutrina e os pensamentos de Wyclif, as coisas pioraram ainda mais. Hus foi excomungado e queimado na fogueira, por determinação do Concílio de Constança, em 14 de junho de 1415. Como entrementes ele se transformara em herói nacional, o povo tcheco reagiu. Cruzadas feitas contra ele não conseguiram ser vitoriosas, forçando negociações. Entre outras coisas, admitiu-se o uso do cálice pelos boêmios”. DREHER, 2017, p. 208-209.

¹³ HÄGGLUND, 1999, p. 167.

3 Lutero 1520 e 1523

A partir de 1520, em diferentes escritos, Martim Lutero começa a delinear sua compreensão acerca da doutrina do sacerdócio universal. Destaque merece três de seus escritos daquele ano: *A nobreza cristã da Nação Alemã*, *Acerca da melhoria do Estamento Cristão*; *Do Cativo Babilônico da Igreja: um prelúdio*; e *Tratado da Liberdade Cristã*. Já em 1521, a temática aparece em sua *Resposta ao livro hiper-cristão, hiper-espiritual, e hiper-culto do bode Emser em Leipzig* e em *Do abuso da Missa*. Em 1522, o tema aparece nos sermões sobre a Primeira Epístola de São Pedro. Em 1523, o tema é tratado pelo reformador de forma mais significativa em *De Instituendis Ministris Ecclesiae*, e em *Fundamentos e motivação da Escritura para o Direito e a Autoridade de uma Assembleia ou Comunidade cristã julgar sobre toda doutrina, chamar, nomear e demitir professores*. Em 1526, o tema também aparece referenciado quando Lutero trata sobre sacerdócio geral na *Missa e Ordem do culto alemão*. E após 1530 o assunto continuou presente em seus escritos como *Sermão sobre o Salmo 110.4*, pregado nos dias 5, 9 e 12 de junho de 1535, e no escrito *Dos Concílios e da Igreja* de 1539.¹⁴

Mesmo que essa lista não contemple todos os escritos onde a temática é abordada por Lutero, a partir dela é possível perceber a importância do tema acerca do sacerdócio em sua teologia. A concepção de sacerdócio decorre de sua ênfase na justiça passiva da salvação pela fé, tema que perpassa antropologia, cristologia e alcançando a escatologia. Nesse meio, seria impossível não haver uma mudança radical na compreensão sobre sacerdócio e a vivência da vocação por parte de cada cristão inserido no mundo.¹⁵

Os sacerdotes recebiam a ordenação pela autoridade de algum bispo. Em alguns casos, como, por exemplo, em Praga, que, de 1421 a 1560, ficou sem arcebispo que pudesse ordenar novos sacerdotes, estes precisavam ser encaminhados a partir de Roma. Considerando a resistência dos boêmios em relação à Roma desde os tempos de João Hus, a consequência podia ser desequilíbrio entre a necessidade da igreja local por sacerdotes e a demanda de ordenações da parte de Roma. O entrave

¹⁴ BUSS, 2015, p. 8.

¹⁵ BAYER, Oswald. *A Teologia de Martim Lutero: uma atualização*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 23-31. Bayer, reconhecido especialista na teologia de Lutero, indica com precisão as diferentes consequências teológicas da virada teológica da ênfase na justificação passiva.

girava em torno principalmente na insistência dos hussitas em receber a Eucaristia sob as duas espécies¹⁶. Respondendo a essa situação específica, Lutero sugere, por meio do tratado *De instituentis ministris ecclesiae*, de 1523, enviado ao senado de Praga, que a igreja local, mesmo sem o bispo, ordenasse seus próprios padres. Em sua carta, Lutero escreve que não tem a pretensão de ser um novo Papa, mas diante de indagações de seus círculos de conversas, resolve dar sua opinião. Talvez Lutero tinha também como objetivo motivar a igreja de Praga a aderir à Reforma o que, contudo, não se concretizaria. Mas para a presente análise, esta manifestação de Lutero é oportuna.

Para Lutero, diante da impossibilidade de uma comunidade contar com ministros ordenados, a melhor alternativa seria, num primeiro momento, que os chefes de família lessem o Evangelho e batizassem os seus filhos. Cristo estaria no meio deles, pois, para salvação, a presença de uma pessoa ordenada não seria necessária; bastaria a Palavra de Deus. Somente a Palavra é capaz de levar a pessoa à salvação, para a qual não seria necessária a mediação de um sacerdote, mas a ação do Espírito Santo. Desta forma, o reformador não estava abolindo a ordenação, mas a colocava noutra perspectiva e validade.

Lutero combatia a compreensão de ordenação, enquanto sacramento que na prática se eleva sobre a Palavra e sua necessidade na vida das pessoas. A argumentação se dá ao ressaltar as diferenças entre os sacerdotes do Novo Testamento e os sacerdotes romanos. No primeiro o sacerdote não era feito, mas nascia; era criado e não ordenado. É através do batismo que nasce um sacerdote e, sendo assim, todas as pessoas cristãs são sacerdotes. Para essa afirmação Lutero se baseia na prática e no ser de Cristo, o Sacerdote que chama discípulos e no qual todas as pessoas são chamadas a serem um, seu corpo¹⁷, assim como

¹⁶ Os Boêmios formavam os candidatos à ordenação e os enviavam à Roma para recebê-la. Lá os Bispos, principalmente venezianos, os ordenavam sob a condição que eles administrariam a eucaristia apenas numa espécie, o pão. Mas quando voltavam, somente eram admitidos numa paróquia quando renunciassem esse voto perante o consistório. BUSS, 2015, p. 11.

¹⁷ Essa imagem do corpo era frequentemente usada por autores greco-romanos preocupados com a união do corpo político. O apóstolo Paulo se apropria dessa referência, a enfatizando por se encaixar perfeitamente para falar da unidade da igreja fundamentada no batismo de seus membros para dentro deste corpo (1Co 12.13; Gl 2.27-28). O corpo sacramental “incorpora” o corpo eclesialístico. Assim como o corpo humano é uma unidade, uma entidade formada de várias partes, “assim também com respeito a Cristo”. Assim, a base para a união das muitas e diversas partes no corpo de Cristo é o batismo, comum a todas elas “em um só Espírito, todos fomos batizados em um

Ele é um com o Pai (Jo 17.10-12). Também as passagens de 1Pe 2.5-9 e Ap 5 confirmam essa posição. Jesus é a Pedra Angular na qual todas as pessoas se transformam em pedras vivas e feitos partes deste sacerdócio.

Nesse sentido, toda pessoa cristã *pode* exercer a pregação, o Batismo, a Eucaristia, ouvir confissão e declarar perdão dos pecados, se sacrificar – apresentar seus corpos como sacrifício, o que inclui louvor e ação de graças, orar, e, até mesmo, julgar e ensinar doutrinas; principalmente em situações emergenciais. No entanto, mesmo que qualquer pessoa cristã o *possa*, não significa que todas *devam* ou estejam simplesmente *aptas* a executar essas funções publicamente por uma questão de ordem, recomendada pelo apóstolo Paulo em 1Co 14.40¹⁸. É o corpo que chama, escolhe e aprova uma pessoa ou mais, para que execute as funções publicamente. Assim, Lutero segue enfatizando que há apenas um sacerdócio e todo o corpo faz parte deste e por ele é responsável. Isso significa que não há uma diferente classe de pessoas, clero enquanto sacerdotes e laicato enquanto simples pessoas cristãs passivas, mas uma distinção de funções. A ordenação eclesiástica é, portanto, oriunda da necessidade do corpo e é uma função de um mesmo sacerdócio. Por isso, Lutero até mesmo sugere que seria melhor que se chamassem as pessoas ordenadas de ministros, diáconos, bispos, despenseiros e presbíteros. Não que o termo “sacerdote” estivesse totalmente equivocado, mas ele poderia levar à compreensão de que somente “alguns” são parte do sacerdócio, o que resulta em prejuízo para o corpo e o exercício do sacerdócio no qual todas as pessoas cristãs estão inseridas.¹⁹

Já antes deste tratado, noutros escritos de 1520, o reformador expôs sua compreensão acerca do sacerdócio geral de todas as pessoas crentes. Seletivamente observaremos o ano de 1520 unicamente a partir da obra “À nobreza cristã da Nação Alemã; acerca da melhoria do *estamento cristão*” de 1520²⁰. Aqui, Lutero define o ofício político da pessoa cristã a partir de seu sacerdócio régio, mas concomitante o fundamenta

corpo” (12.13). Assim, todas as partes, por estarem ligadas, representam a presença de todo o corpo. A igreja é a unidade. Também não há dois corpos separados por classe, mas um só corpo unido pelo Batismo. LOCKWOOD, Gregory J. *1 Corinthians*. St. Louis: Concordia, 2002. p. 444.

¹⁸ “Tudo, porém, seja feito com decência e ordem.” (ARA)

¹⁹ BUSS, 2015, p. 12-17.

²⁰ LUTERO, Martinho. À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão. In: *Obras Seleccionadas: o programa da Reforma – escritos de 1520*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2016. p. 277-340. Seria também muito oportuno perceber as mudanças e continuidades entre os primeiros

na ideia do sacerdócio geral de todas as pessoas crentes. Sua posição é um ataque frontal ao monopólio papal de interpretação das Escrituras e sua interferência no poder secular. Para o reformador estava claro que a interpretação bíblica não pertencia a um sacerdote, ou à uma classe de sacerdotes, ou seja, ao clero, mas ao sacerdócio no qual todas as pessoas crentes batizadas estão inseridas e exercem sua vocação.²¹

Para o reformador, enquanto biblista e com profundo conhecimento da história e das doutrinas da sua igreja, a Palavra e a igreja, que dela surge enquanto corpo, estão acima de seus ordenamentos. Não que estes não sejam necessários e importantes, mas eles não podem vir em prejuízo de uma vivência cristã segundo a qual cada membro do corpo exerce sua função/vocação. Todas as pessoas crentes nascem dentro do sacerdócio que pertence a Cristo. Cristo veio para o mundo e o serviu. Igualmente todas as pessoas são chamadas a servirem enquanto cristãs em sua vocação. Entre todas as possibilidades de servir, está o chamado público da igreja e a escolha de quem servirá nas funções eclesiais. Este não se tornará uma elite superior às demais pessoas cristãs, pois estas também servem a Deus no exercício de sua vocação.²² Lutero crê que a igreja se esqueceu disso completamente por meio de seu direito canônico e afirma:

Dai se segue que leigos, sacerdotes, bispos e, como dizem, espirituais e seculares no fundo verdadeiramente não têm qualquer diferença senão em função do cargo ou da ocupação, e não pelo seu estamento; pois todos eles são do estamento espiritual, autênticos sacerdotes, bispos e papas. Contudo, nem todos têm a mesma ocupação, assim como também entre os sacerdotes e monges nem todos têm a mesma ocupação. E isto [é dito] por São Paulo em Rm 12.4ss e 1Co 12.12ss., e por Pedro em

escritos de Lutero, então dos anos em torno de 1520 e os últimos, estudo feito, por exemplo, por Buss. Cf. BUSS, 2015, p. 07-43.

²¹ Lutero tinha uma primeira esperança que sua proposta reformatória pudesse ser discutida e considerada pelas autoridades eclesiais de seu tempo. No entanto, logo percebeu que isso seria impossível. Não se deixando convencer pela situação, apelou nitidamente ao imperador e aos príncipes territoriais. Mas com sua consciência cativa à causa evangélica, lembrou os nobres governantes de seus deveres pessoais enquanto cristãos conscientes e sua responsabilidade vocacional diante da sua realidade. Lutero ataca então a direção da igreja efetuada pela cúria e as doutrinas que constituía os fundamentos de toda ordem eclesial, social e política até ali praticada. FISCHER, Joachim. Introdução à carta de Lutero "À Nobreza cristã da Nação Alemã, acerca da melhoria do Estamento Alemão". In: LUTERO, 1989, p. 277.

²² LUTERO, 1989, v. 2, p. 282.

*1Pe 2.9, como disse acima: Todos nós somos um corpo do cabeça Jesus Cristo, e cada um é membro do outro. Cristo não tem dois corpos ou dois corpos de tipo diferente, um secular, outro espiritual. Ele é um [só] cabeça e tem um [só] corpo.*²³

Todas as atividades que as pessoas exercem devem ser percebidas como forma de servir à comunidade, promovendo pessoas, da mesma forma como os membros de um corpo servem um ao outro. É tarefa de todas as pessoas cristãs, no exercício de ambos os poderes (secular ou religioso) de impedir que alguém chegue à ruína pessoal. Aqui Lutero aponta para uma *primeira muralha* que precisa ser derrubada: a necessidade de autonomia do Estado frente ao poder eclesiástico. O poder secular cristão deve exercer seu ofício livre e desimpedido, sem “foro privilegiado”. A justiça permanece para todos e tem como objetivo o bem de todas as pessoas. Por isso, tanto a igreja quanto o poder secular devem atuar em seu próprio estamento.²⁴

A *segunda muralha* seria a autoridade inquestionável do Papa na interpretação das Escrituras. As leis canônicas se tornaram em muitos pontos anticristãs, e nesse quesito isso se confirma. Colocar uma autoridade ordenada acima das Escrituras é, para Lutero, um grave equívoco. Vem em prejuízo à dinâmica da igreja na distribuição dos dons no Batismo pelo agir do Espírito Santo. Faz parte da dinâmica da igreja a liberdade do Espírito e a possibilidade de todas as pessoas cristãs de refletirem sobre as Escrituras. Se não for assim, o que fazer quando o Papa comete alguém equívoco? Não é apenas a São Pedro que Deus dá as chaves, mas para toda a comunidade (Mt 18.18). Cristo não somente rogou por Pedro (Lc 22.32), mas por todos apóstolos e cristãos (Jo 17.9,20). Por fim, a *última muralha* a ser vencida diz respeito à liberdade dos membros do corpo de, na unidade, poderem exercitar a corresponsabilidade em observar e indicar correções quanto às doutrinas da igreja; também quando estas são provenientes e construídas a partir da interpretação de seus responsáveis públicos, ou seja, bispos e papas.²⁵

²³ LUTERO, 1989, v. 2, p.283-284.

²⁴ LUTERO, 1989, v. 2, p. 283.

²⁵ LUTERO, 1989, v. 2, p. 286-288.

4 Vocação e estamentos em Lutero

Neste contexto, antes de caminharmos para a conclusão deste estudo introdutório acerca do entendimento de Lutero sobre o sacerdócio, é de grande valia indicar brevemente seus desdobramentos na compreensão do exercício vocacional. Eles são importantes para em oportuna ocasião poder perceber fatores determinantes no progresso deste para a construção da sociedade ocidental moderna.²⁶ Como já afirmado, toda a construção teológica de Lutero gira em torno do seu tema mais caro: a justificação por graça por meio da fé. A partir disto, ele faz uso da dialética na interpretação da função da pessoa cristã em sua relação com o mundo e com Deus. Ela não é chamada a “fugir” do mundo, pois seria a própria fuga do chamado de Deus para o sacerdócio e do exercício da sua vocação. Por isso, Lutero criticou duramente os religiosos quando estes se isolavam do mundo em mosteiros. Cristo veio e atuou no mundo, por isso, este é também o lugar de atuação da pessoa cristã. A mão, o corpo e a sua vocação, pertencem a este mundo e ao próximo que nele vive. O objetivo de seu exercício não é alcançar o céu, a eternidade, mas que a outra pessoa seja servida. É servindo ao próximo que a pessoa cristã serve a Deus.²⁷ Também aquele e aquela que exercem publicamente o sacerdócio na igreja trabalham em prol da pessoa próxima para que esta viva seu batismo e pratique sua fé no exercício de sua vocação.²⁸

Para Lutero, o exercício da vocação se dá em três estamentos²⁹: na *igreja*, na *economia* da vida e na *política*.³⁰ São os âmbitos de atuação,

²⁶ WESTPHAL, Euler Renato. A presença da teologia na cultura: uma interpretação sobre a imaterialidade da cultura. In: *Revista Teoliterária*. v. 7, n. 13, 2017. p. 214-232.

²⁷ FORELL, Georg W. *Fé ativa no amor*. São Leopoldo: Sinodal, 1977. p. 89-102.

²⁸ LUTERO, Martinho. Tratado sobre a Liberdade Cristã. In: LUTERO, 1989, v. 2, p. 436-460. Para maior aprofundamento confira também a seguinte obra: WINGREN, Gustaf. *Vocação segundo Lutero*. Canoas: ULBRA, 2006.

²⁹ BAYER, 2007, p. 87-110.

³⁰ “A concepção de Lutero sobre os três estamentos abrange três âmbitos da ética medieval, isto é, individual (*ethica monastica*), doméstica (*ethica oeconomica*) e política (*ethica politica*). Lutero, contudo, introduz uma importante alteração nesse esquema, a saber, substitui *ethica monastica* por *ecclesia*. Essa alteração tem grande impacto, à medida que, ao lado de *politia* e *oeconomia*, a *ecclesia* é concebida em âmbito social (e não individual-monástico). Os três estamentos têm igual relevância social, pois devem ser performativos para a vida da sociedade. O ser humano não deve ser reduzido à ética individual, isto é, à piedade e virtude monásticas, mas sua relação no âmbito dos estamentos deve ser ético-socialmente relevante”. WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: ética crista a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martinho Lutero. *Estudos Teológicos*, v. 57, n. 1, 2017. p. 23.

enquanto instrumentos de Deus, nos quais os seres humanos cooperam para o melhoramento do mundo; na realidade pós-lapsária, contra todas as forças desagregadoras.³¹ Importante notar, neste íterim, que Lutero rompe com a visão medieval de mundo, que apregoava a negação do corpo em benefício da alma, quando coloca a vocação em um plano intramundano. Aparentando certa “profanação”, o reformador aconselha que se viva a fê cristã de tal forma, como se Deus não existisse. Quer assim enfatizar que a ação humana no exercício de sua vocação dentro dos estamentos não se dá para Deus ou com o objetivo da pessoa tornar-se merecedora da eternidade, mas está direcionada à realidade imanente.³² Isso desloca a pessoa de sua busca e realização voltadas para si mesma, podendo então tornar-se socialmente relevante e santificada por Deus. Essa realidade de santificação se dá pela fê que confere ao ser humano uma identidade “excêntrica”, pois o coloca para fora de si, em Cristo. Ou seja, a pessoa cristã, pela fê, é arrancada pela justificação passiva da escravidão do egoísmo, para então, num segundo momento, a partir do amor, poder se voltar para as outras pessoas efetivamente próximas e necessitadas do exercício de sua vocação e ação.³³

Enquanto *igreja*, na comunidade, na coletividade de membros do corpo, as pessoas são servidas por Deus, pela fê, com sua Palavra e Sacramentos, sendo restauradas e *conformadas*³⁴, para que então, alimentadas e enviadas à sua realidade imanente, exercitem o amor em culto racional, ou seja, de conscientemente viverem a liberdade cristã

³¹ WACHHOLZ, 2017, p. 20-22. Segundo Forell, “Ele [Lutero] considerava o homem como mero tubo ou canal através do qual mana o amor de Deus. Enquanto o próprio Agostinho falava em ‘usar o próximo para desfrutar Deus’, Lutero falava de fê e amor como ‘colocando o homem entre Deus e o seu próximo’, como um meio que recebe de cima e libera para baixo, e que se assemelha a ‘um recipiente ou tubo através do qual a corrente de bênçãos divinas precisa fluir sem intermissão em direção às outras pessoas’. FORELL, 1977, p. 96.

³² WESTPHAL, 2017, p. 223-224.

³³ WACHHOLZ, 2017, p. 24-25.

³⁴ O termo *con-formação* na compreensão do reformador é a vida da pessoa em Cristo. Na conformidade se encontra a restauração do ser, das quebras relacionais consigo, com o outro e com Deus. Isso não elimina sua existência em na realidade de contradição. Pois, mesmo enquanto *simul justos et peccator*, a pessoa cristã fica “de tal forma aglutinada com Cristo que de ti e de Cristo é feito como que uma só pessoa, que não pode ser separada, mas que para sempre a ele fica ligada e diz: Eu sou como Cristo, e, por sua vez, Cristo diz: Eu sou pecador como ele, pois ele se acha ligado a mim e eu a ele. Pois somos ligados pela fê em uma carne (e osso). LUTERO apud IWAND, Hans Joachim. *A Justiça da Fé*: exposição conforme a doutrina de Lutero. São Leopoldo: Sinodal, 1981. p. 106. ALTMANN, 2016, p. 76-77.

diante de escolhas necessárias que surgem no dia-a-dia, mas que nem sempre são tranquilas e benéficas para si próprio. Este culto acontece no lugar de sua tentação³⁵ que, na realidade caída, significa a constante desconfiança da Palavra de Deus, da justificação passiva, e, portanto, a luta contra a tendência ao egocentrismo.³⁶ Em meio à realidade de contradição e luta contra a tentação, a pessoa é chamada a servir, a partir de sua vocação, na *economia* da vida, ou seja, no exercício de sua vocação enquanto pessoa que trabalha e que está inserida numa família. Em outras palavras, significa agir na “macro” e “micro” sociedade na qual está inserida. Além disso, sua vocação se desdobra em sua ação na *política*, no estamento emergencial diante da realidade caída. Sua função consiste em administrar a cidade visando protegê-la da corrupção, produzindo a justiça econômica para que todas as pessoas possam viver bem e em boas condições sociais. Em resumo, “a política é o guarda da natureza caída, a economia é o que resta da natureza [original], e a igreja é a redenção e restauração da natureza”³⁷.

Concebendo que todas as pessoas cristãs são chamadas ao exercício consciente de suas vocações, já em 1524, Lutero escreve *Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs*. Neste escrito, Lutero defende a capacitação de todos, homens e mulheres³⁸, a partir das Escrituras, para desempenharem bem seu sacerdócio e vivenciarem sua vocação. O exercício do sacerdócio

³⁵ LUTERO, Martinho. Interpretação do Antigo Testamento – Textos selecionados da Preleção de Gênesis. In: *Obras Selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2014. p. 129-130.

³⁶ Para Lutero, o egocentrismo é uma das maiores forças que geram a incapacidade de exercitar como convém a vocação. Segundo Forell: “A raiz para o triste estado da cristandade pareceu ser para Lutero a obsessão dos seus contemporâneos com a ideia de obter a salvação através dos seus próprios esforços. Se eles tomavam o cristianismo a sério, toda a sua vida estava centrada nas constantes preocupações em acumular méritos necessários através de seus próprios esforços, o que incluía a hábil manipulação da igreja e do próximo para seus próprios fins, ou seja, alcançar o céu ou pelo menos escapar do inferno e reduzir a estada no purgatório.” FORELL, 1977, p. 102.

³⁷ WESTHELLE, Vítor. Poder e política: incursões na teologia de Lutero. In: HELMER, Christine (Ed.). *Lutero: um teólogo para tempos modernos*. São Leopoldo: Sinodal, 2013. p. 326. Cf. também LUTERO, 2014, v. 12, p. 61, 68-69, 79-83, 89, 92, 95, 99-100, 113, 128, 132, 137, 189-190, 243, 246, 359.

³⁸ Segundo Altmann, “a inclusão das mulheres no direito à educação universal foi de dado altamente progressista para a época. A mulher é, consequentemente, encarada como sujeito hermenêutico. A reivindicação estava vinculada à doutrina do sacerdócio universal, que não permitia a exclusão de ninguém do acesso aos meios da educação”. ALTMANN, 2016, p. 140, nota 27.

geral de todas as pessoas crentes e o exercício da vocação nos âmbitos dos estamentos, que na Modernidade se desdobram em cultura, pertencem às coisas inferiores e, portanto, estão ligadas à realidade *penúltima* da existência humana. A redenção não é proveniente dela, e nem do exercício de uma cidadania solidária, mas vem pela morte de cruz do Deus encarnado, Jesus Cristo. A pessoa cristã vive a realidade *penúltima* vivendo o sacerdócio, exercitando sua vocação, mas com vistas à realidade última. Pois do contrário, haveria o endeusamento da criação, das coisas inferiores, e clara falta de confiança nas promessas de Deus, contradizendo assim, a justiça passiva.³⁹

5 Conclusão

Lutero insistiu na afirmação de que as pessoas justificadas pela graça por meio da fé são sacerdotes, pois estão inseridas no ministério de Cristo e são chamadas a servirem a Deus. Quanto à ordenação, Lutero não exclui a necessidade de um chamado público para o exercício do ministério eclesiástico. A clara intenção não foi a de substituir o que considerava o arbítrio da autoridade eclesiástica pelo juízo igualmente arbitrário de qualquer cristão individual.⁴⁰ Ele considerou mais condizente às Escrituras uma melhor liberdade e dinamicidade na vida da igreja para o bem do mundo. Da vida da igreja fazem parte todas as pessoas inseridas pelo Batismo e presenteadas com dons, e chamadas a servirem a Deus e a exercitarem sua vocação. Isso faz com que a hierarquia entre os distintos estamentos de clero e laicato perca sua validade. Todos são iguais no chamado ao exercício do sacerdócio, ou seja, não há superioridade de uns sobre outros, mas uma distinção; alguns são chamados pela igreja ao exercício público do sacerdócio.

Como se pôde observar há, a partir do protestantismo luterano, uma significativa ampliação, acerca do entendimento sobre o sacerdócio. O objetivo não foi de adjetivar se tal progresso foi positivo ou negativo. Trata-se, antes, de perceber mais nitidamente a ruptura que Lutero realizou, e sua proposta de retorno para à prática vivencial da igreja enquanto organismo vivo e dinâmico que compreende a diversidade de atuação a partir dos dons recebidos pelo Espírito Santo por meio do Batismo.

³⁹ FORELL, 1977, p. 188; WESTPHAL, 2017, p. 227; BAYER, 2007, p. 84, 242; BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. São Leopoldo: Sinodal, 2009. p. 86-87.

⁴⁰ ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2016. p. 127-128.

Isso possibilita entender os desdobramentos desta visão de sacerdócio na construção da sociedade ocidental moderna.⁴¹

Para Lutero, toda pessoa cristã faz parte do sacerdócio de Cristo e é chamada ao exercício de sua vocação para o bem do próximo. Lutero combateu, a partir de sua concepção de justificação, o egocentrismo do ser humano que o leva em atuar em sua vocação para seu próprio bem; visando, no âmbito material, enriquecimento, e, no âmbito religioso, a eternidade. Ao mesmo tempo, rompendo com a concepção medieval de uma igreja que apregoava a inferioridade da matéria e, consequentemente, a elevação de uma espiritualidade “desligada” da realidade, Lutero conseguiu engendrar uma ética social, a partir da igreja, ativa pelo amor. Defendeu uma ética não desassociada da fé, mas que, oriunda dela, confere uma identidade “excêntrica”, que leva a pessoa cristã a voltar-se efetivamente em direção do seu próximo. Nesse sentido, o sacerdócio geral de todas as pessoas crentes se desdobra no bom testemunho da igreja enquanto Cristo presente na realidade concreta.

Referências

ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2016.

AQUINO, Tomás. *Suma Teológica IX*. Q. 34. Art. 5. Solução.

BAYER, Oswald. *A Teologia de Martinho Lutero: uma atualização*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. São Leopoldo: Sinodal, 2009.

BUSS, Paulo W. Ministério pastoral e o sacerdócio universal dos cristãos. In: BUSS, Paulo W. *Lutero e o Ministério Pastoral*. Porto Alegre: Concórdia, 2015. p. 7-43.

CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2008.

DREHER, Martin N. *História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2017.

FISCHER, Joachim. À Nobreza cristã da Nação Alemã, acerca da melhoria do Estamento Alemão; Dr. Martinho Lutero. Introdução. In: *Obras*

⁴¹ WESTPHAL, 2017, p. 214-232

Selecionadas: o programa da Reforma – escritos de 1520. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2016. v. 2, p. 277-278.

FORELL, Georg W. *Fé ativa no amor.* São Leopoldo: Sinodal, 1977.

FLUCK, Marlon Ronald. *Teologia dos Pais da Igreja.* Curitiba: Cia dos Escritores, 2012.

GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. *As confissões luteranas: uma introdução.* São Leopoldo: Sinodal, 2002.

HÄGGLUND, Bengt. *História da Teologia.* Porto Alegre: Concórdia, 1999.

IWAND, Hans Joachim. *A Justiça da Fé: exposição conforme a doutrina de Lutero.* São Leopoldo: Sinodal, 1981.

KÖRNTGEN, Ludger. Igreja, papado e poder temporal. In: KAUFMANN, Thomas. et al. *História Ecumênica da Igreja 2: da alta Idade Média até o início da Idade Moderna.* São Paulo: Loyola, Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014.

LOCKWOOD, Gregory J. *1 Corinthians.* St. Louis: Concordia, 2002.

LUTERO, Martinho. À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão. In: *Obras Selecionadas: o programa da Reforma – escritos de 1520.* São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2016. v. 2, p. 279-340.

LUTERO, Martinho. Tratado sobre a Liberdade Cristã. In: *Obras Selecionadas: o programa da Reforma – escritos de 1520.* São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2016. v. 2, p. 436-460.

LUTERO, Martinho. Interpretação do Antigo Testamento – Textos selecionados da Preleção de Gênesis. In: *Obras Selecionadas.* São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, v. 12, 2014. p. 53-530.

MCGRATH, Alister. *Teologia histórica.* São Paulo: CEP, 2007.

WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: ética crista a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martim Lutero. *Estudos Teológicos*, v. 57, n. 1, 2017, p. 14-29.

WESTHELLE, Vítor. Poder e política: incursões na teologia de Lutero. In: HELMER, Christine (Ed.). *Lutero: um teólogo para tempos modernos.* São Leopoldo: Sinodal, 2013. p. 315-331.

WESTPHAL, Euler Renato. A presença da teologia na cultura: uma interpretação sobre a imaterialidade da cultura. *Revista Teoliterária*. v. 7, n. 13, 2017. p. 214-232.

WINGREN, Gustaf. *Vocação segundo Lutero*. Canoas: ULBRA, 2006.